

respetiva recuperação, e aspetos funcionais intrínsecos a um projeto desta natureza (TER), não se identificaram alternativas viáveis para a sua concretização fora da área RAN;

Considerando as certidões de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, emitidas, respetivamente, pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal de Aljezur, ambas aprovadas por unanimidade;

Considerando o parecer favorável do Turismo de Portugal, I. P., e tendo em conta que o projeto se enquadra no âmbito da estratégia de desenvolvimento para a região do Algarve e no âmbito da estratégia para um desenvolvimento sustentável, e que possui um potencial qualitativo e de sustentabilidade ambiental com potencialidades de criar dinâmicas de valorização dos recursos;

Considerando o parecer favorável emitido, por unanimidade, pela Entidade Nacional da Reserva Agrícola;

Considerando que o presente despacho não isenta a requerente de dar cumprimento às disposições dos Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis, designadamente o Plano Diretor Municipal de Aljezur e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, as restrições e servidões de utilidade pública, as aplicáveis no âmbito da pretensão requerida e as relativas ao regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.

Assim, a Secretária de Estado do Turismo e o Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, ao abrigo do disposto nos artigos 25.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, determinam o seguinte:

1 — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual, considera-se que o projeto para a implementação de uma unidade de turismo em espaço rural (TER), na modalidade de agroturismo, com a área de 7.313,0 m², desenvolvido de acordo com as características supradescritas, em Vale Palheiro, freguesia e concelho de Aljezur, se reveste de relevante interesse público.

2 — A fiscalização da utilização dos solos da RAN, para efeitos da ação ora autorizada, compete, nos termos do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual, à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve e à Câmara Municipal de Aljezur.

26 de janeiro de 2016. — A Secretária de Estado do Turismo, *Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho*. — 25 de janeiro de 2016. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *Amândio José de Oliveira Torres*.

209359027

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2608/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no meu gabinete, Hermínia Henriqueta Monteiro Ferreira, assistente técnica do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, com efeitos a 26 de novembro de 2015.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

11 de janeiro de 2016. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luis Manuel Capoulas Santos*.

Nota Curricular

Hermínia Henriqueta Monteiro Ferreira nasceu na Freguesia de Salvaterra de Magos, concelho de Salvaterra de Magos, distrito de Santarém, a 28 de abril de 1950. Possui como habilitações literárias o 2.º ano do ciclo preparatório. Ingressou na função pública em 15 de maio de 1978 e serviu sucessivamente em Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, Secção de Aprovisionamento, Património do Estado, de 1984 a 1988. No Gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e

Alimentação, de 1988 a 1991. Na Direção-Geral de Contribuições e Impostos, de 1991 até à presente data destacada nos Gabinetes de Apoio dos sucessivos Ministros da Agricultura.

209359643

Despacho n.º 2609/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de técnico especialista do meu gabinete, o licenciado Joaquim Filipe da Cruz Martins de Carvalho, técnico superior do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, com efeitos entre 26 de novembro de 2015 e 14 de janeiro de 2016, com vista à preparação do orçamento de Estado, na vertente do programa de desenvolvimento rural do Continente, tendo em conta a sua experiência nesta área.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

11 de fevereiro de 2016. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luis Manuel Capoulas Santos*.

Nota curricular

Joaquim Filipe da Cruz Martins de Carvalho
Nascido em 1967

Licenciatura em Engenharia Agronómica — Especialidade de Economia Agrária, pelo Instituto Superior de Agronomia em 1990.

Pós-graduação em Estudos Europeus — Dominante Económica, pela Universidade Católica Portuguesa em 1992.

Atividade profissional:

2010-2015 — Conselheiro na Representação Portuguesa junto da União Europeia (REPER) em Bruxelas, onde coordenou o núcleo agricultura e pescas até 2012, acompanhando o processo de negociação da reforma da PAC, e as áreas da segurança alimentar e veterinária.

2006-2010 — Vice-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, depois DGADR, onde acompanhou as áreas do desenvolvimento rural, regadio, recursos genéticos vegetais e fitossanidade.

2005-2006 — Adjunto do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, onde acompanhou a negociação comunitária do novo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural — FEADER.

2000-2004 — Subdiretor do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, onde acompanhou o processo de negociação da reforma da PAC decidida em 2003.

1998-2000 — Adjunto do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, tendo integrado o Grupo de Ligação que coordenou a Presidência Portuguesa do Conselho Agrícola da União Europeia (2000) e onde acompanhou o processo de negociação da reforma da PAC, decidida em 1999.

1990-1998 — Técnico nos sucessivos organismos de planeamento do Ministério de Agricultura (DGPA, IEADR e GPPAA), exercendo funções nas áreas da gestão dos fundos estruturais comunitários (PEDAP, PAMAF), Desenvolvimento Rural e Seguros Agrícolas (SIPAC).

209351259

Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação

Despacho n.º 2610/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no meu Gabinete Susana Maria Marques Bessa, assistente técnica da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, com efeitos a 1 de fevereiro de 2016.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

11 de fevereiro de 2016. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *Luis Medeiros Vieira*.

Nota curricular

Nome: Susana Maria Marques Bessa.
Data de nascimento: 11 de março de 1963.
Local de nascimento: Luanda/Angola.
Habilitações académicas:

12.º ano de escolaridade;
Frequência do 2.º ano de Mestrado Integrado em Psicologia (ISPA).

Atividade profissional:

Desde 1 de fevereiro de 2005 que exerce funções de assistente técnico da Divisão da Frota, da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos — DGRM, com as seguintes funções:

Análise de candidaturas a apoio financeiro no âmbito do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca, implicando a análise técnica, administrativa e financeira;

Análise de pedidos de motorização de embarcações de pesca — instalação/substituição e cancelamento de motores propulsores;

Atualização dos formulários de pedidos de motorização de embarcações de pesca na página da DGRM;

Atualização dos formulários de candidatura ao Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca na página da DGRM.

209351583

Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 2611/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, como técnica especialista do meu gabinete, para exercer funções da área da sua especialidade, a licenciada Ana Paula Almeida de Pina, técnica superior da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, com efeitos a 1 de fevereiro de 2016.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

5 de fevereiro de 2016. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *Amândio José de Oliveira Torres*.

Síntese curricular

I. Dados Pessoais

Ana Paula Almeida de Pina
Data de nascimento: 28 de novembro de 1967

II. Habilitações Académicas

Licenciatura em Relações Internacionais — Ramo Cultural e Político pela Universidade do Minho, 1987/91.

III. Formação específica supletiva

Curso “Programa de Formação em Gestão Pública” (FORGEP), no INA, em 2011, concluído com a classificação de 16,6 valores.

IV. Formação específica complementar

Da formação frequentada salientam-se os seguintes cursos:
Curso de Defesa Nacional 2002/2003 — Instituto da Defesa Nacional

Curso de Formação para a Cidadania — Universidade Católica Portuguesa e Instituto da Defesa Nacional, 1997

Curso Geral de Segurança de Matérias Classificadas — Gabinete Nacional de Segurança, 2002

Diploma de Especialização em Sociedade de Informação e Inovação na Administração Pública, Instituto Nacional de Administração, 2003
Certificação SAP na área de Gestão de Recursos Humanos, 2005
Diploma de Especialização em Gestão Documental, 2006
Gestão orçamental em organismos públicos, 2008

V. Experiência profissional

De dezembro de 2013 até à presente data — Técnica Superior da Direção de Serviços de Administração da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, com responsabilidade no acompanhamento dos projetos de reorganização de procedimentos e melhoria do funcionamento dos serviços na área da administração, acompanhando ainda os processos de SIADAP, recrutamento, elaboração dos Instrumentos de Gestão da DRAPLVT e de implementação de um sistema de Indicadores de Gestão.

De setembro de 2012 a dezembro de 2013 — Diretora de Serviços de Administração da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, com responsabilidade nas áreas de orçamento, contabilidade, aprovisionamento, recursos humanos, comunicação, sistemas e tecnologias de informação. Dos projetos mais relevantes destaca-se a criação de uma aplicação de gestão da assiduidade de forma completamente desmaterializada, reorganização da gestão da frota automóvel, reorganização dos procedimentos de cadastro dos trabalhadores da DRAPLVT, disponibilizando de forma digital o Registo Biográfico a cada trabalhador.

De abril de 2010 a setembro de 2012 — Diretora de Unidade de Organização, Planeamento e Recursos Humanos da Autoridade Florestal Nacional, com responsabilidade nas áreas de planeamento estratégico, recursos humanos, apoio jurídico, sistemas e tecnologias de informação. Dos projetos mais relevantes destaca-se a conclusão do processo de avaliação do desempenho dos trabalhadores da AFN, reorganização dos procedimentos de administração de pessoal em interligação com os pontos focais presentes nas Direções Regionais de Florestas, modernização dos equipamentos informáticos e reorganização da sua gestão.

De dezembro de 2009 a março de 2010 — Diretora de Serviços de Administração Geral da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, com responsabilidade nas áreas de orçamento, contabilidade, aprovisionamento e recursos humanos.

De janeiro de 2008 a novembro de 2009 — Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, onde desenvolveu as seguintes atividades: Parametrização do sistema de gestão de recursos humanos SAP/RH, para o cumprimento das disposições da Nova Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações, do Contrato de Trabalho em Funções Públicas. Reorganização de procedimentos na área de recursos humanos de forma a promover a eficiência e eficácia no processamento salarial dos cerca de 3000 trabalhadores dos serviços centrais, periféricos e tutelados do ME.

De maio de 2003 a setembro de 2007 — Chefe da Divisão de Organização da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (MDN), tendo sido nomeada para os seguintes projetos: Criação da Central de Compras do MDN; Implementação do Sistema Integrado de Gestão na área de Recursos Humanos, tendo por responsabilidade acompanhar e realizar a parametrização e modelização do sistema aplicacional SAP na área de recursos humanos. Foi responsável pela criação de uma nova página da intranet do Ministério da Defesa Nacional, assegurando a gestão dos conteúdos disponíveis para cerca de 50.000 pessoas; Elemento do Grupo de Trabalho responsável pela proposta de Lei Orgânica do MDN e legislação da Secretaria-Geral; Responsável pelo Grupo de Trabalho para a criação de um sistema de arquivo único para a Secretaria-Geral do MDN.

De setembro de 1991 a maio de 1993 — Técnica Superior no Instituto da Defesa Nacional (IDN), com responsabilidade no planeamento e execução das atividades de formação e sensibilização para as matérias da Defesa Nacional, nomeadamente, o Curso de Defesa Nacional (CDN) e o Curso de Formação para a Cidadania (CFC).

209340048

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Aviso n.º 2057/2016

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da trabalhadora Isabel Maria Batista Gonçalves, da carreira técnica superior, por motivo de falecimento ocorrido no dia 25 de novembro de 2015.

25 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Frederico Falcão*.

209341539